

PANORAMA POLÍTICO



TEREZA CRUVINEL • de Brasília

Dia de ACM

• Magistrados fazendo *lobby*, celulares tocando, líderes tensos, senadores nervosos. Não é fácil negar um voto dado há duas semanas. Embora dividido, dificilmente o Senado deixará de derrubar hoje a possibilidade de aposentadoria especial para os magistrados. A favor do senador Antônio Carlos pesará a regra dos destaques: os defensores do privilégio precisarão de 49 votos contra. Não é fácil, quando a opinião pública está contra.

Não deixa de ser curioso o fato de o Governo estar querendo suprimir, na Câmara, esta regra pela qual quem deseja manter o texto é que precisa da maioria de votos. Lá, a oposição é que se beneficia dela. Agora, no Senado, ACM e o Governo levam a melhor, mas isso são outros quinhentos.

ACM e Fernando Henrique conversaram ontem e ao longo do dia trabalharam juntos em busca de votos para derrubar a aposentadoria especial. Para ajudar o Governo, um senador nem precisará votar expressamente contra os magistrados — todos têm um juiz ou desembargador amigo. Basta não comparecer.

Mesmo assim, será uma decisão difícil, e não se deve descartar alguma saída salomônica. O senador Cunha Lima vai requerer o retorno da matéria à Comissão de Justiça, alegando que o destaque de ACM suprimiu o primeiro artigo já aprovado em primeiro turno.

Nem o PFL de ACM marcha unido na questão. Porém mais complicada é a situação do PSDB, no qual, na primeira votação, apenas José Serra e Bení Veras foram contra o privi-

légio. Ontem, reunidos, deixaram para decidir hoje.

— Se a bancada fechar questão contra, eu sigo. Votei a favor no primeiro turno porque entendo a magistratura como carreira de Estado, que exige tratamento diferenciado. Por outro lado, votei a favor do fim do IPC — explicou-se José Roberto Arruda.

E ele vem a ser líder do Governo no Congresso. Mas outros dois votos já estavam virados, nessa altura.

O que só se ouve sob reserva, nesse caso, é que o próprio Governo semeou confusão em sua base. Na primeira votação, o líder Êlcio Alvares trabalhou a favor dos magistrados, e devia ter o sinal verde do presidente. Outros senadores garantem ter ouvido de FH que seria aberta a exceção para o Judiciário. Mas, de público, suas declarações foram contra os privilégios, inclusive o dos congressistas, que a Câmara também derrubou ontem. A suposta ambigüidade fez ontem o senador Osmar Dias, do PSDB, dizer em discurso:

— Agora seguirei o que o presidente diz no palanque, e não através de seus líderes.